

CADMO

Revista do Instituto Oriental
da
Universidade de Lisboa

6/7



Edições
Colibri

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99

milagre de uma assonância semítica conter exactamente a mesma semântica. Não se consegue, por isso, evitar a dúvida de o percurso poder ter sido ao contrário. Isto é, pareceria ser lógico que Tarshish fosse o nome primeiro, com o sentido de fundição, que a semântica semita naturalmente lhe atribui; dada a importância local da actividade de transformação dos metais e dos mais famosos comerciantes que procuravam os seus produtos, este nome semita teria sido adoptado também pelos indígenas, sob a forma que consensualmente se acha plausível de Tartessos ou eventualmente sob uma forma algo semelhante, talvez sem o -os nominal característico do masculino helénico, e que os gregos teriam recolhido sob a forma tão congenialmente sua de Tartessos. Onde, de qualquer modo, se encontra a semântica natural é na forma semítica. E esta razão semântica parece oferecer um bom motivo para se considerar esta como a forma primitiva, ao contrário do que parece sugerido por Cunchillos. Só assim, aliás, se poderia considerar que existe um percurso semântica e historicamente paralelo entre a etimologia e a história dos dois topónimos Tartessos e “Espanha”. Devemos, no entanto, exprimir a nossa impressão de que esta é uma belíssima e pertinente conclusão para uma gramática elementar de fenício.

Depois de um pequeno glossário, de muita utilidade, dada a pouca difusão de dicionários de fenício, é-nos dado um apanhado crítico da bibliografia fenícia essencial (pp. 164-167). Três páginas de tábuas epigráficas são uma grande ajuda na abordagem epigráfica desta língua, de magro alforge documental, mas de muito longo e largo itinerário.

José Augusto M. Ramos

GÖRG, MANFRED, *Die Beziehungen zwischen dem Alten Israel und Ägypten*, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, Darmstadt, 1997, ISBN 0174-0695, 190 p.

Este livro insere-se numa já bem longa série de monografias dedicadas a sintetizar os resultados da investigação científica, realizada nos últimos anos. O Autor é professor de Teologia do Antigo Testamento em Munique e desde há bastante tempo se tem dedicado ao estudo de temas comuns à história cultural de Israel e do Egipto. Esta é, no entanto, uma das fronteiras perenes e essenciais da literatura bíblica. Muitos, por conseguinte, se dedicaram aos seus temas específicos e muitos têm, nos

últimos tempos, continuado a esquadrihar os recantos das imensas questões de cuja existência sempre se percebeu a evidência e de outras que novos dados e novos olhares hermenêuticos vão suscitando. Esta consensualidade histórica e actual na valorização da relação entre Egipto e Bíblia apresenta-se sumariada no texto que serve de introdução (pp. 1-3).

A síntese aqui realizada cobre a parte que poderíamos dizer mais directamente formativa da história e da literatura bíblica, isto é “dos começos até ao exílio”. Não é que nas épocas posteriores esta fronteira mor da realidade bíblica seja desactivada e deixe de ser frequentada. De modo nenhum. A própria evolução tardia do judaísmo e os inícios do cristianismo, tanto em sentido social como cultural e literário, apresentam exemplos de grande calibre para demonstrar que o carácter essencial desta fronteira se manteve vivo e altamente produtivo em momentos cruciais.

À síntese histórica propriamente dita são dedicados três capítulos: a Palestina pré-israelita e o Egipto (pp. 5-38); o Israel pré-monárquico e o Egipto (pp. 39-71); o Israel monárquico e o Egipto. Um quarto capítulo final examina o tema “Israel e o Egipto visto pela Bíblia” (pp. 113-164).

As bases do convívio observado entre o Egipto e a Palestina ao longo da história constituem um legado comum já herdado das épocas pré-históricas. Toda a parte sul de Canaã representa o espaço natural onde se actuam as relações entre o Egipto e a Ásia. O processo de urbanização de Canaã no Bronze Antigo, tempo em que se configurou o modelo sócio-político que ficou característico para esta região, parece ter-se realizado sob a influência do Egipto (p. 8). “Asiáticos” e “nómadas” do sul da Palestina passaram a contar com as fronteiras do Egipto como uma parte integrante do seu quotidiano. Esta apetência pela fronteira egípcia poderia bem começar a configurar um interessante tema a que o Autor apenas alude (p. 141): seria a persistente apetência das populações de Canaã por entrar no Egipto, movimento contraposto àquele que configura a Bíblia de uma maneira quase exclusiva, o da saída do Egipto. A realidade histórica parece, de uma maneira muito mais equilibrada, insistir num “Eisodo” (entrada) para o Egipto, contraposto a um Êxodo (saída) do Egipto, com uma dialéctica que passou igualmente por divisões de opinião e de opção no interior da própria comunidade hebraica. Veja-se o provável acentuar da ideia de escravidão no Egipto por parte dos deuteronomistas (p. 126), contrariamente a uma formulação do êxodo feita anteriormente em cores menos sombrias.

Do outro lado da mesma fronteira, o Egito parece ter vivido uma dialéctica algo semelhante na sua relação com a Palestina, oscilando entre a atracção e o desprezo para com a região da Ásia que lhe ficava mais vizinha (pp. 13-19). O grande investimento militar e político do Egito na direcção de Canaã, desde o tempo dos Hicsos e, subsequentemente, durante todo o Império Novo, pode ser a expressão desses sentimentos opostos.

É nos tempos proximamente anteriores à formação da monarquia hebraica que se concentram os traços mais marcantes das relações entre o Egito e a Ásia e, particularmente, a Palestina. A maior saliência neste contexto vai sobretudo para os imponderáveis do convívio com uma época cananaica que foi marcada por grandes movimentações sociais, redefinindo novos grupos étnicos que no futuro se vão salientar (pp. 39-51). Neste contexto andam implicadas várias raízes da própria origem dos Hebreus. Sobre este tempo bíblicamente originário avulta certamente a figura política de Ramsés II, o qual parece ter oferecido para o imaginário bíblico o paradigma para o conceito de faraó (pp. 51-58). Neste contexto, mais do que histórias de fuga ou êxodo, as fontes egípcias são ricas em referências a expulsões ou rejeições de grupos estrangeiros que pretendiam garantir uma entrada (“eisodo”) no Egito. Um dos povos que assim viram rejeitado o pretendido “eisodo” para o Egito vai aparecer nos primórdios da história de Israel como o principal interlocutor e adversário político do povo cujo ideário se reclamava do êxodo (pp. 63-71). São os filisteus que tiveram de se estabelecer na costa palestinese do sul.

Das relações entre o Egito e Israel durante a época da monarquia destaca-se a preocupação em construir a imagem de Salomão como se fosse o faraó de Israel, cujos traços identificadores são procurados nos principais sectores para os quais a historiografia bíblica sobre Salomão nos deixou possibilidades (pp.75-86), sublinhando o aproveitamento dos modelos egípcios com séculos de consagração. Em complemento desta página maior, o Autor faz uma breve abordagem das relações entre os dois reinos hebraicos e o Egito, sobretudo nas conhecidas condições políticas que marcaram os dois últimos séculos das monarquias hebraicas. Não são esquecidas as influências culturais, religiosas e literárias, as quais aparecem sobretudo acentuadas no momento em que se foca a relação entre o exílio hebraico e o Egito. Aqui se sublinham sobretudo os temas culturais mais ligados com a nova criatividade teoló-

gica que em Israel se empreende, na intenção de superar e revitalizar a consciência nacional, na situação de caos que a catástrofe e o exílio produziram. Nota-se, particularmente, o entusiástico retomar de motivos mitológicos egípcios nas novas narrativas sobre origens e até sobre o êxodo, no sentido de aproveitar o dinamismo latente nesses temas paradigmáticos.

O último capítulo do livro trata de Israel e o Egito numa retrospectiva bíblica (pp. 113-164) E esta questão de retrospectiva bíblica do Egito acaba por se concentrar inteiramente na questão do êxodo. Isto pode mostrar até que ponto o conceito do êxodo se pode entender como um paradigma universal da realidade bíblica. História de José poderia ter sido escrita sobretudo por alturas da XXV dinastia do Egito, quando, em Israel, o reino do Norte se encontrava já em clara decadência (p. 119-120). Relativamente ao êxodo, o Autor analisa primeiramente o cerne desse conceito tal como ele se evidencia no pequeno “credo” histórico de Dt 25,5-9. Em seguida, expõe sinteticamente a evolução das fórmulas pelas quais se exprime a saída do Egito, começando por uma fórmula pré-deuteronomista assente sobre o causativo do verbo *sair*, aparecendo em época provavelmente deuteronomista uma fórmula assente sobre o causativo do verbo *subir*, porque já se tinha incrustado na ideia do êxodo o sentido de uma peregrinação de subida a Jerusalém. De qualquer modo, o sujeito destes verbos causativos, indicando o autor da saída do Egito, é generalizadamente YHWH, mostrando de imediato quão íntima e profunda é a ligação entre o tema fontal do êxodo e a concepção hebraica de Deus segundo o nome de Yahvé. As origens do javismo e a saída do Egito convergem intensamente no âmbito das origens de Israel. Em Nm 24,8, o nome divino que faz sair Israel do Egito é El. No entanto, este texto pertence ao discurso de Balaão e tem menor representatividade relativamente ao essencial do pensamento bíblico.

Quanto ao crescer redaccional do tema do êxodo, o Autor veria com bons olhos que se pudessem acentuar vários momentos principais: em primeiro lugar teria havido um núcleo protojavista em que o êxodo contrapunha um serviço de Yahvé ao serviço do faraó (p. 129); a redacção javista prossegue desenvolvendo a controvérsia entre YHWH e o faraó; no processo de redacção pós-javista, realiza-se o entrelaçamento do êxodo com a história de José e outros aspectos. Este crescimento literário desemboca evidentemente na redacção sacerdotal, pela qual o êxodo se insere num esquema de acções salvadoras, que utiliza

frequentemente na sua história de salvação, directamente estimulado pelas situações de carência próprias da época de exílio (p. 132-133). A geografia do êxodo parece estar sobretudo recheada de semânticas e simbólicas egípcias ou outras, e não se extrai dela uma imagem de concrez geográfica muito definida (p. 134-142).

Este face a face entre Israel e o Egito encerra-se em dois confrontos finais bem nucleares e representativos: os que se concentram na figura de Moisés e, finalmente, na concepção de Yahvé. Depois de um esboço possível de um Moisés histórico, onde avultam alguns traços certamente egípcios, como seja, apesar de algumas dificuldades linguísticas, o seu próprio nome, e onde sobressaem fortemente outros traços cuja intencionalidade sublinha os laços de solidariedade com os grupos étnicos que fazem parte das relações asiáticas dos Egípcios. O Moisés literariamente exposto no Êxodo subdivide-se em vários quadros: Ex 2,1-10: a criança; 2,11-22, o herói; 3 e ss., o libertador designado; 5-18: aquele que conduz ao êxodo; 19-24, o mensageiro da Torá. O confronto entre Yahvé e a concepção egípcia de um deus do universo serve principalmente para acentuar as características originais que com a concepção de Yahvé foram introduzidas (pp. 151-164). Nesta confrontação literariamente originária se espelham sucessivos momentos de crise, em que a religião de Yahvé teve de se haver com correntes de sentido contrastante.

Este livro foi, desde o seu início, acompanhando a síntese dos vários problemas com as necessárias referências aos autores que recentemente mais tinham contribuído para a respectiva discussão. No entanto, as páginas 165 a 182 recompilam uma larga bibliografia escolhida, onde mais uma vez avultam, como seria de esperar, os estudos relativos às tradições sobre o êxodo (pp. 175-180), mas onde não faltam também numerosos títulos sobre relações iconográficas (pp. 174-175), cuja especificidade seria menos previsível, tendo em conta a tradicional imagem de aniconismo que marca a nossa imagem da cultura e mentalidade hebraicas. A dizer a verdade, este foi um dos aspectos interessantes que não chegaram a caber dentro da rápida mas estimulante síntese que o Autor aqui nos apresenta.

José Augusto M. Ramos